

CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

BOLETIM MUNICIPAL

SEPARATA

Data 09.11.2018

Diretor: Carlos Carreiras

Sede Praça 5 de Outubro, 2754-501 Cascais

SUMÁRIO: "Subdelegação de competências na Chefe da Divisão de Fiscalização de Obras de Edificação e de Infraestruturas"



I-CMC/2018/14709
GDCC/2018/64856

↑
GSEN

EDITAL N.º ⁴¹⁸...../2018

Assunto: Subdelegação de competências na Chefe da Divisão de Fiscalização de Obras de Edificação e de Infraestruturas.

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS, Presidente da Câmara Municipal de Cascais,

Faço público que, pela Nota de Serviço n.º 3/2018, de 6 de abril, e na estrita observância das disposições contidas nos artigos n.ºs 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o Diretor do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF), Carlos Alberto Anes Fernandes, procedeu à subdelegação de competências na Chefe de Divisão de Fiscalização de Obras de Edificação e de Infraestruturas (DFEI), **Marina Borrego da Silva Carreira Mendes Gil**.

Assim dando-se cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 47.º e com o artigo 159.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo (CPA) procede-se à publicidade da referida Nota de Serviço anexa ao presente edital.

Para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Cascais, 15 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end, positioned above the printed name "Carlos Carreiras".

Carlos Carreiras

CERTIDÃO

Certifico que nesta data afixei exemplar de igual teor do Edital n° ...418.../2018, que antecede, no Edifício Cascais Center, Loja Municipal e em todas as Juntas de freguesia do Concelho de Cascais, para os fins no mesmo expressos.

Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente certidão que dato e assino.

Cascais, 19 outubro 2018

vicência

DPF DFIS

Maria Vicência Dias
Fiscal Municipal

A. DIAS
DPF - Divisão de F. Cascais - D:
[Assinatura]
José Joaquim Neves
19.10.18



NOTA DE SERVIÇO N.º 3/2018

Assunto: **Subdelegação de competências no Chefe de Divisão de Fiscalização de Obras de Edificação e de Infraestruturas**

CONSIDERANDO QUE:

- a) Através do Despacho n.º 39/2017, de 31 de outubro de 2018, exarado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, foram em mim distribuídas tarefas e delegadas e subdelegadas competências em matérias do âmbito da atividade funcional do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF);
- b) O n.º 5 do referido Despacho me confere a faculdade de subdelegar tais competências nos restantes dirigentes das unidades orgânicas;
- c) Pelo Despacho n.º 3/2018, de 9 de janeiro, foi pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais nomeada em regime de comissão de serviço como Chefe da Divisão de Fiscalização de Obras e Infraestruturas (DFEI) Marina Borrego da Silva Carreira Mendes Gil;
- d) A experiência adquirida com o instituto da delegação e da subdelegação de competências, enquanto instrumento privilegiado para uma gestão mais célere e desburocratizada, aconselha a que se proceda à subdelegação de competências;
- e) Se verifica a necessidade de garantir a maior celeridade na tramitação dos processos e a redução dos circuitos de decisão, incrementando a eficiência e eficácia das unidades orgânicas dependentes deste Departamento;

DETERMINO:

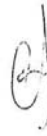
1. Subdelegar, ao abrigo dos artigos 46º e 47º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com os n.ºs 2 e 4 do artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na Chefe da Divisão de Fiscalização de Obras e Infraestruturas (DFEI) **Marina Borrego da Silva Carreira Mendes Gil**, as seguintes competências:
 - a) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias com respeito pelo interesse do serviço – n.º 2/a do referido artigo 38º;
 - b) Justificar faltas – n.º 2/b do referido artigo 38º;

NOTA DE SERVIÇO N.º 3/2018 | 1



CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL



- c) Decidir, nos termos da lei, em matéria de duração de horário de trabalho, no âmbito da modalidade deste último superiormente fixada, nos termos do nº 2/e do referido artigo 38º;
- d) Autorizar a participação do pessoal em ações de formação interna, desde que previstas nas opções do plano e no orçamento, bem como propor um plano anual de formação para os trabalhadores da DFEI;
- e) Participar ao DRH as situações de ausência dos trabalhadores ao serviço nos casos previstos na lei;
- f) Propor a prestação de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal e feriados, que seja necessário no âmbito das atividades da DFEI, desde que observados os limites legais e orçamentais estabelecidos para o efeito;
- g) Proceder à movimentação e afetação do pessoal que não exerça funções dirigentes ou de chefia dentro do serviço;
- h) Enviar à unidade orgânica competente os autos de notícia por contraordenação, para efeitos de instauração de procedimento contraordenacional;
- i) Remeter às autoridades competentes para a instrução e decisão os autos de notícia por contraordenação relativamente aos quais a lei não atribua ao Município essa competência;
- j) Proceder ou mandar proceder a notificações em qualquer das modalidades previstas na lei, incluindo as pessoais, nos casos em que tal se mostre necessário, nomeadamente na sequência de tentativa infrutífera de notificação postal das decisões municipais;
- k) Nos termos do artigo 35º, nº 1/l, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, com exceção dos Tribunais Administrativos e Judiciais, Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças, Provedoria de Justiça e entidades afins, salvo se se tratar de meros pedidos de informação ou formalização de atos resultantes do exercício de funções de polícia administrativa, nomeadamente as constantes nos nºs 3 e 4 do artigo 3º da Lei nº 19/2004, de 20 de maio;
- l) Assinar toda a correspondência de mero expediente, dando conhecimento de deliberações, despachos ou resoluções referentes a requerimentos, petições e exposições;
- m) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos aos processos;
- n) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas, com respeito pela lei aplicável;

NOTA DE SERVIÇO N.º 3/2018 | 2



- o) Praticar, no âmbito de competências específicas da DFEI, os atos ou formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do Presidente da Câmara ou dos restantes Vereadores, realizando a instrução dos respetivos processos administrativos, incluindo, nomeadamente, a elaboração de projetos de decisão e a promoção da audiência prévia de interessados, a obtenção das informações necessárias ao bom andamento dos processos, a análise de alegações, a concessão de prazos e a realização de notificações em cumprimento de despacho superior ou das competências agora delegadas e/ou subdelegadas;
- p) Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade;
- q) Os poderes conferidos à Câmara Municipal para fiscalizar, na área da sua jurisdição, o cumprimento das leis, regulamentos e posturas que disciplinem matérias relativas às atribuições das autarquias e à competência dos seus órgãos;
- r) As competências de fiscalização previstas no artigo 13º do Decreto-lei nº 11/2003, de 18 de janeiro, que regula a Instalação e Funcionamento de Infraestruturas de Suporte de Estações de Radiocomunicações;
- s) As competências de fiscalização previstas no artigo 20º do Regime Jurídico da Instalação e Funcionamento de Recintos com Diversões Aquáticas, estabelecido no Decreto-lei nº 65/97, de 31 de março, na sua redação atual;
- t) As competências de fiscalização previstas no artigo 35º, nº 1, do Regulamento que estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respetivo Equipamento e Superfícies de Impacto, estabelecido no Decreto-Lei nº 203/2015, de 17 de setembro, na sua redação atual;
- u) As competências de fiscalização previstas no artigo 36º, nº 2, do Regime Jurídico de Reserva Ecológica Nacional, estabelecido no Decreto-lei nº 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual;
- v) As competências de fiscalização previstas no artigo 40º, nº 1, do Decreto-lei nº 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional;
- w) As competências de fiscalização previstas no artigo 40º, nº 2, do Decreto-lei nº 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, relativo ao Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
- x) As competências de fiscalização previstas no Decreto-lei nº 267/2002, de 26 de novembro, na sua redação atual, relativo ao Licenciamento e Fiscalização de Instalações de Armazenamento de Produtos de Petróleo e de Postos de Abastecimento de Combustíveis;



- y) Determinar a realização de vistorias a requerimento ou oficiosas, nos termos do nº 2 do artigo 64º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi dada, por último, pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro;
- z) Efetuar, nos termos do Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro, a avaliação do estado de conservação dos edifícios, oficiosamente ou a requerimento;
- aa) Praticar todos os atos instrutórios e administrativos inerentes à fiscalização das obras executadas por particulares, nomeadamente os constantes dos artigos 65º, 71º nºs 3 e 4, 79º, 87º nº 2, 94º nº 3 e 109º nº1 do RJUE;
- bb) Ordenar ou praticar todos os atos de fiscalização relacionados com a ocupação de via pública por motivo de obras particulares;
- cc) Responder, no prazo máximo de oito (8) dias, aos pedidos de informação apresentados por mim ou restantes Vereadores;
- dd) Responder, no prazo máximo de quinze (15) dias, aos pedidos de informação veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal ao Presidente da Câmara.

2. A presente subdelegação de competências compreende os poderes necessários à instrução de procedimentos e à execução das deliberações da Câmara Municipal, dos Despachos do Presidente da Câmara e dos demais Vereadores e dos meus despachos em matérias delegadas ou subdelegadas.

3. A presente subdelegação abrange as competências atribuídas pela legislação e regulamentos aqui mencionados, bem como pela legislação que altere, modifique ou substitua aquelas disposições legais ou regulamentares.

4. Nos termos do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo, o subdelegado deve mencionar essa qualidade em todos os atos administrativos em que faça uso dos poderes conferidos no presente Despacho.

5. Ratifico todos os atos praticados pela Chefe da DFEI, no âmbito das matérias objeto do presente Despacho, praticados desde o dia 31 de outubro de 2017, data a partir da qual o mesmo produz efeitos.

Cascais, 6 de abril de 2018.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO


Carlos Alberto Anes Fernandes
(delegação e subdelegação de poderes - Desp. 39/2017)

NOTA DE SERVIÇO N.º 3/2018 | 4